



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP

Ainda os custos do refino da Petrobras

Não vale a pena para a estatal investir na atividade de refino

Na coluna de 20 de agosto, documentei que, entre 1954 e 2002, a Petrobras investiu na construção de refinarias US\$ 27 bilhões, a preços de 2012, e expandiu a capacidade de refino em 2 milhões de barris por dia. De 2003 até 2016, investiu US\$ 100 bilhões, e a expansão foi de 400 mil barris por dia.

O professor da UFRJ Eduardo Costa Pinto afirmou que eu cometi um erro. Os US\$ 27 bilhões de 1954 até 2002 e os US\$ 100 bilhões de 2002 até 2016 foram empregados para expansão da capacidade de refino, mas também para transportes, principalmente navios da armadora da Petrobras, a Transpetro, e para a melhora de refinarias existentes. A melhora significa investimentos para o atendimento de critérios ambientais mais estritos, tanto das refinarias quanto

dos derivados de petróleo produzidos, bem como a alteração da combinação de derivados fabricados com vistas a atender objetivos econômicos.

Assim, a crítica do professor está correta. Para avançarmos, temos de olhar com mais cuidado o investimento no transporte e na modernização das refinarias.

Segundo os dados do site da Transpetro, a capacidade de transporte da empresa em 2003 era de 2,7 milhões de toneladas. Em 2006, elevou-se para 4,6 milhões, crescimento de 70% ante a capacidade existente em 2003 (que é menor que o investimento realizado até então, porque há depreciação - navios duram em torno de 25 anos). Dessa forma, 70% da capacidade existente em 2003 corresponde a um investimento muito menor do

que tudo o que foi investido entre 1954 e 2002. Assim, o gasto de US\$ 100 bilhões entre 2003 e 2016 somente não foi um enorme desperdício se os investimentos no melhoramento das refinarias forem rentáveis.

A refinaria Landulpho Alves, no recôncavo baiano, conhecida por Rlam, foi uma das unidades modernizadas. A Rlam foi privatizada no fim de 2021. O preço pago foi de pouco menos de US\$ 5.000 para barril por dia de capacidade de refino.

O preço de mercado de venda da Rlam incorpora todos os efeitos benéficos sobre a rentabilidade privada da refinaria dos investimentos em modernização realizados.

Em artigo na Folha, o professor Eduardo nos informa que o custo do investimento da Petrobras no período

de grande expansão do investimento em refino dos anos 2000 foi de US\$ 60.000 por barril por dia de capacidade de refino, pouco mais de 12 vezes o preço de mercado de uma refinaria recentemente modernizada. Será que houve um erro no processo de venda da Rlam? Não parece ser o caso. Outras refinarias foram vendidas nos últimos anos sempre por preços inferiores ao da Rlam. Em particular, o governo boliviano pagou pelas refinarias compradas da Petrobras, em 2007, US\$ 1.200 por barril por dia de capacidade de refino.

A menos que haja ganhos para a Petrobras de internalização do refino que sejam imensos, a ponto de compensar um sobrecusto de até 12 vezes, não vale a pena para a Petrobras investir na atividade de refino.

*
Em sua coluna de sexta-feira (16), Nelson Barbosa, ex-ministro da Fazenda e meu colega do FGV Ibre, defendeu que o novo governo Lula, se ganhar, retome uma política de desenvolvimento industrial.

Segundo Nelson, há casos de fracasso, como a política de informática, e casos de sucesso, como a Embraer, e casos em aberto, como a indústria automobilística e naval.

A indústria automobilística e naval são dois casos de fracasso. Ambas, após mais de 60 anos de políticas públicas, não conseguem sobreviver em condições de mercado. Se 60 anos não são suficientes para uma indústria nascente amadurecer, não sei quanto tempo seria.

O primeiro passo para que um novo ciclo de ensaio nacional-desenvolvimentista petista não funcione é que os técnicos ligados ao partido não tenham a capacidade de fazer um correto diagnóstico.

Banrishoping.
Compras, pontos e cashback num só lugar.

Acese o Banrishoping pelo App Banrisul.

banri shopping

SAC 0800 646 1515
Ouvidoria 0800 644 2200

banrisul

Subsídios ultrapassam marca de R\$ 450 bilhões para 2023

/CONJUNTURA

Cortes em subsídios e desonerações no sistema tributário vão passar pela primeira vez a marca de R\$ 450 bilhões em 2023, um avanço nominal de 49% desde 2019 (primeiro ano de governo Bolsonaro). Previsto pela Receita Federal nos dados que embasam o Orçamento do ano que vem, o recorde em gastos tributários agrava a situação das contas públicas no momento em que o governo calcula um déficit de R\$ 63,7 bilhões para 2023 mesmo com uma série de despesas ainda pendentes de acomodação. Entre as iniciativas

ausentes, a elevação de R\$ 400 para R\$ 600 do pagamento mínimo do Auxílio Brasil.

Os gastos tributários chegarão a 2023 com crescimento mais forte do que o observado na própria arrecadação federal - cujo avanço tem sido exaltado pelo governo. Em 2019, as desonerações representavam 18,7% das receitas totais; em 2023, o percentual sobe para 20,2%.

As maiores desonerações serão concedidas em 2023 ao Simples Nacional (R\$ 88,5 bilhões), às indústrias da Zona Franca de Manaus (R\$ 55,3 bilhões) e ao agronegócio (R\$ 53,9 bilhões). Também

estão na lista rendimentos não tributáveis do Imposto de Renda da Pessoa Física (R\$ 45,3 bilhões), além de subsídios ao setor automotivo (R\$ 10 bilhões) e a embarcações e aeronaves (R\$ 5,8 bilhões).

Mauro Rochlin, professor de economia da FGV (Fundação Getúlio Vargas), chama atenção para o fato de os gastos tributários representarem no ano que vem praticamente um quarto das despesas do Orçamento (R\$ 1,8 trilhão em 2023). “É algo muito significativo em termos de recurso final e até das despesas como um todo”, afirma.

Ele cita como possíveis culpa-



Maiores desonerações serão ao Simples Nacional, de R\$ 88,5 bilhões

dos pelo cenário o governo, por não ter mobilizado sua base parlamentar por mudanças no tema, e a resistência do Congresso em alterar benefícios de determinados grupos. “Mexer com gastos significa mexer com interesses consolidados. Então raramente vemos isso avançar”, afirma.

Mauro Silva, presidente da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), diz que a lista de gastos tributários privilegia certos grupos e impede a adoção de políticas em benefício da população em geral - como a correção da tabela do Imposto de Renda.